



REDE MOÇAMBICANA DOS
DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

RMDDH



Terça - feira, 03 de Dezembro de 2024 | Ano VI, n.º 67 | Presidente: Prof. Adriano Nuvunga | Português

CIMEIRA DOS DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS DA ÁFRICA AUSTRAL

Reimaginando a Proteção dos Defensores de Direitos Humanos: Incluindo Vozes Anônimas em Meio a Protestos Eleitorais



A Rede de Defensores dos Direitos Humanos da África Austral (SouthernDefenders) realizou, de 25 a 26 de Novembro de 2024, em Joanesburgo, África do Sul, a Cimeira dos Defensores dos Direitos Humanos da África Austral de 2024. A cimeira reuniu defensores dos direitos humanos, organizações da sociedade civil, movimentos de base, representantes de instituições nacionais de direitos humanos, bem como funcionários governamentais da África Austral, para reflectirem sobre estratégias e caminhos para reforçar o papel dos defensores dos direitos humanos na promoção da cidadania e governação responsável e responsiva na região.

Falando em representação da Rede Moçambicana dos defensores de Direitos Humanos (RMDDH), a Directora Executiva do Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), Paula Monjane, defendeu a necessidade de reconfiguração da protecção dos defensores dos direitos humanos no contexto de injustiça eleitoral, que provocou protestos em Moçambique, uma reconfiguração que, segundo a activista e defensora dos direitos hu-

manos, deve passar por: alargar a nossa compreensão dos defensores dos direitos humanos para além das lentes estreitas dos agentes da linha da frente, dos activistas e das organizações, para incluir outros intervenientes, alguns deles anónimos e com acções mais curtas; reconhecer os desafios e limites do quadro jurídico a utilizar em casos de abuso estatal; respostas proativas e abrangentes para enfrentar a “besta”.

No início da década de 1990, com os acordos gerais de paz entre o governo da Frelimo e a Renamo (o principal partido da oposição), o país abriu-se a um sistema político democrático e, entre outros acordos políticos, jurídicos e administrativos, foram lançadas eleições multipartidárias em 1994, e desde então se realizaram mais 6 ciclos eleitorais (presidencial, parlamentar e agora também de governo local).

Em quase todas ou em todas as eleições há um denominador comum: denúncias de fraude e conflitos pós-eleitorais em que, com excepção das eleições autárquicas do ano passado e as gerais deste ano, o conflito era armado, terminando em acordos secretos que beneficiavam a Frelimo e a Renamo.



Actual cenário de protestos e necessidade de alargamento da compreensão dos defensores

Durante a sua intervenção no evento, Paula Monjane descreveu o contexto da mega-fraude nas eleições de 9 de Outubro e fez referência às primícias estratégias usadas pelos órgãos de gestão eleitoral para produzir resultados que dessem vantagem à Frelimo e ao seu candidato presidencial. Disse que a mega-fraude tinha ocorrido “num terreno saturado de injustiças sociais, mas também com o surgimento de um novo líder que fala e exala aspirações”.

Falou de uma mega-fraude desde a legislação até ao registo, às eleições e à contagem, destacando que a legislação, entre outros, reduziu o papel dos tribunais locais e deu poderes ao Conselho Constitucional, que é controlado pela Frelimo.

Destacou, também, um recenseamento selectivo, desorganização deliberada no dia da votação, uma desorganização que se caracterizou por: pessoas com cartões não puderam votar ou os boletins de voto não lhes chegaram; enchimento de votos; muitos votos da oposição anulados; contagem controlada de votos.

“Estes protestos pós-eleitorais foram os maiores da nossa história, dentro de Moçambique e na diáspora, liderados principalmente por jovens que permanecem firmes na exigência de justiça eleitoral e social, em geral”, disse Paula Monjane. Explicando que até à data da Cimeira, pelo menos 67 pessoas (10 crianças, 3 mortes nas suas casas) tinham morrido, 210 foram baleadas (36 crianças), 1.326 foram detidas e centenas perseguidas até dentro das suas casas.

“Jornalistas também foram intimidados (alguns in-

ternacionais foram detidos e mandados para casa); activistas e defensores sociais têm aparecido em listas intimidatórias do regime”, disse. E acrescentou que nesse quadro, há uma mistura de organizações estruturadas e não estruturadas e também de cidadãos anónimos (principalmente jovens) que participam, desde a observação eleitoral formal ou monitorização informal, como em protestos por justiça eleitoral e social, ajuda às vítimas, documentação de casos de violência, protecção legal até mesmo realizar litígios estratégicos.

Perante este cenário, Paula Monjane levantou algumas questões de reflexão e depois apresenta propostas de respostas: Como podemos ampliar a nossa compreensão dos defensores dos direitos humanos, para além da lente estreita dos agentes da linha de frente, dos activistas e das organizações, para incluir outros actores, alguns deles anónimos e com acções mais curtas?; Que limites temos no quadro jurídico para proteger e reforçar a protecção dos defensores dos direitos humanos? e Em que respostas proativas e abrangentes devemos pensar?

Sobre as respostas que dá às perguntas de reflexão, pode-se destacar a primeira, relativa à questão de saber quem são os defensores dos direitos humanos, em que defende o alargamento da compreensão dos defensores de direitos humanos, com a inclusão de anónimos e fora do radar desaparecidos que lutam por justiça social, os da linha da frente, pessoas anónimas que foram perseguidas nas suas casas, aqueles que lutam por justiça social.



“As eleições mostraram um contraste entre países onde o processo eleitoral é forte e democrático e países onde a democracia está minada”, Prof. Adriano Nuvunga, presidente da Southern Defender e da RMDDM

Falando na abertura da Cimeira, o Prof. Adriano Nuvunga, presidente da Southern Defender e da RMDDM, elaborou sobre as eleições em alguns países da África Austral, tendo dito que elas, as eleições, mostraram um contraste entre países “onde o processo eleitoral é forte e democrático e países onde a democracia está minada”.

“Em alguns países, as eleições mostraram-se como esperança, exemplificando princípios de transparência, prestação de contas”, disse. Para esta realidade usa o exemplo do Botswana e das Maurícias que tiveram eleições recentes. Para o Prof. Adriano Nuvunga, a transferência do poder nesses países “mostrou o respeito da vontade popular e reafirmou a integridade das instituições democráticas”. Em sentido contrário, estão os países onde “outras eleições expuseram a falha do sistema e manipulação deliberada numa clara ameaça às aspirações do povo.” Neste grupo está Moçambique, onde houve denúncias de fraude que levaram a protes-

tos que estão a ser violentamente reprimidos pela força de segurança.

Tendo em conta o cenário de injustiças, incluindo injustiça eleitoral, e fechamento do espaço cívico, Adriano Nuvunga lembra a importância dos defensores dos direitos humanos.

Para o activista e académico, os defensores de direitos humanos são importantes para a democracia e para a liberdade. “Eles amplificam as vozes dos marginalizados, protegem os oprimidos”, sublinhou. Apesar das vicissitudes, diz o Prof. Adriano Nuvunga, os defensores de direitos humanos continuam na linha da frente da justiça. Eles sofrem ameaças e repressão. Eles sofrem detenções, ameaças e difamações para silenciar a sua advocacia. Criticou o fechamento do espaço cívico e lembrou que quando o espaço se fecha perdemos a fundação da democracia. Sobre as eleições em vários pontos da região, diz Nuvunga que revelaram a fragilidade e o potencial do sistema democrático na região.







REDE MOÇAMBICANA DOS
DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

RMDDH

Almejamos um país livre e seguro para os Defensores dos Direitos Humanos, um ambiente favorável ao desenvolvimento das comunidades e ao envolvimento da juventude como potenciais Defensores dos Direitos Humanos.

We aspire to a nation where Human Rights defenders can operate freely and securely, fostering community development and empowering youth to become effective advocates for Human Rights.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: RMDDH
Presidente: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: RMDDH
Layout: RMDDH

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



PROJECTO
Pro-Cívico &
Direitos Humanos



SUOMI
FINLAND

Rua Dar-Es-Salaam, número 279, Bairro Sommerschild, Maputo -Moçambique **Contacto** +258 857645056
 Email : info@redemoz-defensoresdireitoshumanos.org [@RMDDH_Moz](https://twitter.com/RMDDH_Moz) [rmddh_moz](https://www.instagram.com/rmddh_moz)
 Facebook: [@RMDDHMoz](https://www.facebook.com/RMDDHMoz) redemoz-defensoresdireitoshumanos.org/ **LinkedIn:** [rmddh](https://www.linkedin.com/company/rmddh)